

Nos capítulos anteriores fiz a crítica da política econômica que vem sendo praticada no Brasil desde 1995. Procurei apresentar, da forma mais objetiva possível, a maneira pela qual se articula o sistema macroeconômico brasileiro, escolhendo como variáveis-chave dessa análise duas de caráter fiscal — o déficit público e a dívida pública — e três variáveis que são preços macroeconômicos: a taxa de câmbio, a taxa de juros e a taxa da inflação. Ao mesmo tempo analisei as políticas fiscal e monetária (de juros e cambial), procurando mostrar como essas políticas, que hoje formam parte do sistema macroeconômico do país, têm sido equivocadas na medida em que não logram nem estabilizar a economia brasileira, nem fazê-la crescer. Eu poderia atribuir esses equívocos principalmente à subordinação dos economistas que dirigem a economia brasileira aos diagnósticos e recomendações vindos do Norte e à sua incapacidade em adaptar a teoria econômica estrangeira às especificidades de uma economia como a nossa, que atravessa desde 1980 tempos anormais. Foi o que fiz quando, há alguns anos, comecei essa crítica (Bresser-Pereira, 1999 [2001]). Essa é uma forma adequada de analisar políticas econômicas, mas é preciso admitir que a explicação mais usual, relacionada com a identificação de grupos de interesses que criam obstáculos para uma adequada tomada de decisões, é mais relevante. A falta de capacidade e o mimetismo cultural estão certamente presentes, mas as coalizões políticas que se formam para defender interesses são mais importantes para entender a lógica perversa da macroeconomia da estagnação. É difícil separar os dois tipos de fatores, porque convicções certas ou equivocadas e interesses pessoais e de grupos estão sempre imbricados. Faltando aos formuladores de políticas econômicas espírito republicano, ou seja, a capacidade de assumir posições contrárias a seus interesses, mas consistentes com os interesses nacionais, suas avaliações econômicas seguem os interesses dos grupos que representam. Assim, as autoridades econômicas brasileiras com frequência tomam decisões que contrariam os interesses nacionais, tanto porque estão convictas daquilo que estão fazendo, quanto porque essas decisões consultam os interesses dos grupos que informalmente essas autoridades representam.

Os interesses têm um papel importante na definição da política macroeconômica em um país dependente como é o Brasil, principalmente através do mecanismo da hegemonia ideológica exercida por representantes dos países ricos associados com determinados setores econômicos e sociais internos. Nesse caso, temos uma coalizão política ou um pacto político dominante que pretende possuir o monopólio da racionalidade — de uma racionalidade “universal”, na medida em que está sancionada pelas sociedades “civilizadas”. Desde o início dos anos 1990 tornou-se dominante no Brasil uma coalizão política que reúne os rentistas e o setor financeiro, os países do Norte e suas multinacionais, e uma grande classe média profissional, principalmente fora do aparelho do Estado. Esse pacto, que pode ser chamado de Liberal-Modernizante,¹ sucedeu o Pacto Popular-Democrático de 1977, no qual os empresários industriais eram a força dominante. Este último, que nascera da indignação de toda a sociedade pelo “pacote de abril” de 1977, implicou na adesão dos empresários à luta pela redemocratização e resultou na campanha das “Diretas Já”, na transição democrática de 1985 e na Constituição de 1988. O governo Sarney (1985-1990) foi a primeira expressão desse pacto ao nível do governo. Sob a liderança de Ulysses Guimarães, o Congresso foi capaz de aprovar uma nova constituição democrática e social que refletia bem os consensos da época, principalmente as idéias de democracia e justiça social, e continha um caráter nacional que confirmava o caráter também nacional do Pacto Popular-Democrático. Entretanto, o novo governo e seu ministro da Fazenda, o empresário industrial Dilson Funaro, não se revelaram capazes de enfrentar a grande crise dos anos 1980. O fracasso dramático do Plano Cruzado (1986) abriu espaço para que a onda neoliberal vinda do Norte encontrasse internamente os necessários aliados e, afinal, dominasse o país, e para que uma nova coalizão política se formasse: o Pacto Liberal-Dependente.

Conforme discuti na Introdução deste livro, para essa rendição contribuiu o fato de que os partidos políticos dominantes, após a redemocratização, haviam se originado no que chamei de Ciclo Democracia e Justiça, que havia colocado em segundo plano os problemas da Nação e do desenvolvimento. O PMDB, que foi o partido da resistência democrática, o PT, que constituiu uma primeira cisão sindical e da baixa classe média, em 1981, e o PSDB,

¹ Já chamei esse mesmo pacto de Liberal-Burocrático para indicar que os dois partidos que o lideraram politicamente — o PT e o PSDB — possuem bases na classe média profissional, que é essencialmente uma classe tecnoburocrática. Mas, no caso desses partidos, essas bases estão principalmente na classe média profissional privada.

uma segunda cisão, da classe média profissional, em 1988, são todos partidos para os quais a idéia de Nação está quase ausente. Tendo nascido de um ciclo de idéias e valores que negava a possibilidade de existência de uma “burguesia nacional”, e portanto de uma Nação, e que supunha o desenvolvimento econômico como assegurado graças à poupança externa ou às empresas multinacionais, esses partidos não tinham a idéia de Nação. Desta forma, não opuseram grande resistência à nova hegemonia que vinha do Norte no bojo da grande onda neoliberal.

O extraordinário desenvolvimento econômico por que passou o Brasil entre 1930 e 1980, entretanto, não foi fruto de mero acaso, mas de três coalizões políticas nacionais que buscaram liberar o país da dependência ou realizar sua revolução nacional: (1) o Pacto Nacional-Desenvolvimentista, de 1930 a 1960, liderado por Getúlio Vargas, que reunia empresários industriais, setores “substituidores de importação” da velha oligarquia proprietária de terras,² técnicos do governo e trabalhadores organizados; (2) o Pacto Burocrático-Autoritário, de 1964 a 1977, liderado pelos militares, que excluiu os trabalhadores; e (3) o Pacto Popular-Democrático, incluindo quase toda a sociedade brasileira, que, embora formado em 1977 para comandar a transição democrática, só governa entre 1985 e 1989. Durante os três pactos, mas principalmente no primeiro, havia um grande acordo nacional em torno do desenvolvimento econômico. Todos enfrentaram crises, mas os dois primeiros foram bem-sucedidos em promover o desenvolvimento econômico. Já o terceiro experimentou duas crises que tomaram todo o seu tempo: primeiro, a crise que lhe favoreceu — a crise do regime militar que começa em 1977 e o leva ao poder em 1985; depois, sua própria crise que começa em 1987, com o fracasso estrondoso do Plano Cruzado, e termina com a eleição de Collor de Mello. Esta eleição marca o fim dos pactos nacionais, a rendição ao globalismo e ao neoliberalismo presentes na ortodoxia convencional, e a formação da atual coalizão dominante ou do Pacto Liberal-Dependente.

Havia uma diferença fundamental entre as duas primeiras e a terceira coalizão em termos do ciclo da sociedade de que fizeram parte. Os dois primeiros nasceram do Ciclo Nação e Desenvolvimento, que surge no início do século XX e termina com o golpe militar de 1964. Nesse ciclo, as idéias correlatas de Nação e desenvolvimento eram tão poderosas que, mesmo quando o golpe de 1964, ao associar militares e empresários aos Estados Unidos, levou ao colapso a idéia de Nação junto à sociedade, uma coalizão limitada

² Criadores de gado, como o próprio Getúlio Vargas, por exemplo.

de empresários industriais e de burocratas continuou, no Estado, a comandar um processo nacional de industrialização por mais dezesseis anos. Já o Pacto Popular-Democrático, embora abarcando praticamente toda a sociedade brasileira, nascera do Ciclo Democracia e Justiça, que considerara como assegurado o desenvolvimento capitalista e depreciara o nacionalismo como condição para esse desenvolvimento. Não é, portanto, surpreendente que não tenha logrado evitar a interrupção da revolução nacional e o aprofundamento da dependência, que ocorre a partir de 1990. O fracasso do Plano Cruzado foi o fato decisivo que deslegitimou não as idéias de democracia e justiça social, mas as idéias de Nação e de desenvolvimento nacional que faziam parte do ideário das “Diretas Já”. Como não foi capaz de enfrentar a grande crise dos anos 1980 e retomar o desenvolvimento econômico, o Pacto Popular-Democrático, minado pelo populismo interno, não foi capaz de resistir à hegemonia norte-americana e às idéias globalistas que a queda do muro de Berlim e a ideologia neoliberal do fim da história reforçavam. Substituiu-o o Pacto Liberal-Dependente, sem caráter nacional ou patriótico, que é até hoje dominante no Brasil, embora, neste momento em que escrevo (segundo semestre de 2006), esteja claro seu esgotamento.

Quadro 1
PACTOS POLÍTICOS DESDE 1930

Anos	Pactos políticos
1930-1959	Popular-Nacional
1960-1964	Crise política
1964-1977	Burocrático-Autoritário
1977-1985	Popular-Democrático fora do governo
1985-1989	Popular-Democrático no governo
1990-2006	Liberal-Dependente

Para a classe capitalista de um país em desenvolvimento como o Brasil, a opção política fundamental está em saber se deve se aliar aos trabalhadores e às classes médias profissionais que constituem seu mercado interno, ou às elites dos países ricos. No primeiro caso ela tem que aceitar maiores salários diretos e indiretos, na forma de serviços públicos de educação, saúde e assistência social oferecidos aos trabalhadores e à classe média profissional. Em compensação, tem um mercado interno maior e mais seguro para realizar lucros e os governos que a representam são dotados de maior legitimidade política. No segundo, as elites capitalistas locais podem, internamente,

aceitar salários diretos e indiretos menores e internacionalmente lograr uma recepção mais amigável, embora jamais igual, da parte das elites correspondentes nos países ricos, mas perdem as vantagens da primeira opção. No caso de um país grande como o Brasil, que possui um respeitável mercado interno, para a classe capitalista como um todo a segunda opção só fazia sentido no tempo da guerra fria, quando havia um medo real do comunismo. Hoje ela apenas faz sentido para os rentistas. Mesmo para o setor financeiro é discutível que haja vantagem, porque, especialmente os grandes bancos de varejo, dependem do crescimento do mercado interno para crescer, e já dispõem de uma tecnologia administrativa sofisticada que lhes permite aumentar enormemente o volume de crédito quando a taxa de juros baixar. No entanto, provavelmente por um problema de hegemonia ideológica do Norte, ainda existem empresários, capitalistas ativos e não meros rentistas, que continuam a pensar em termos da ortodoxia convencional e a se aliar antes às elites do Norte que às classes pobres e médias brasileiras e assim voltar a celebrar um pacto nacional. Os empresários resistem à formação de uma aliança nacional porque se sentem pressionados pelos gastos excessivos realizados por governos populistas para atrair votos e para beneficiar a burocracia do Estado. Ainda que percebam que a falta de uma verdadeira Nação está impedindo o desenvolvimento do país, a idéia de um acordo nacional não está clara para eles, enquanto a tentativa de se identificar com o Norte é sempre muito forte.

O colapso do Pacto Popular-Democrático ocorrido entre 1987 e 1989 irá determinar a derrota, nas eleições presidenciais deste último ano, dos dois grandes líderes nacionalistas que haviam emergido da luta pela redemocratização, Ulysses Guimarães e Mário Covas, e a chegada ao poder de um arivista da política, Fernando Collor, com um programa neoliberal ou modernizante. Entre as classes sociais, aquela que mais ficou confusa com tudo o que estava ocorrendo foi a dos empresários industriais. Haviam sido o grupo dominante desde os tempos de Vargas e do Pacto Nacional-Desenvolvimentista; sobreviveram ao golpe de 1964 e se aliaram aos militares como o grupo mais influente no Pacto Burocrático-Autoritário; participaram do movimento pela redemocratização e assumiram novamente o papel de classe dirigente no Pacto Popular-Democrático, mas agora se viam fora do poder. Algumas das reformas adotadas pelos governos que se seguem, como uma abertura comercial acelerada e, principalmente, a abertura da conta de capitais, serão políticas contra a indústria. As formas de política industrial, envolvendo incentivos ou subsídios fiscais, sofrem ataque impiedoso e são reduzidas. A partir de 1990, pela primeira vez desde 1930, os empresários industriais, a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria estavam fora do poder.

Neste capítulo vou, em uma primeira seção, discutir mais uma vez este novo pacto, relacionando-o com a ortodoxia convencional, e na seção seguinte vou discutir a necessidade de um acordo nacional que se torne base para outro novo pacto político que seja popular — o que significa contar com a participação dos trabalhadores, além dos empresários dos setores produtivos — e que seja nacional.

O PACTO LIBERAL-DEPENDENTE E A ORTODOXIA CONVENCIONAL

O Pacto Liberal-Dependente que se torna dominante no Brasil a partir de 1990 é um pacto conservador e globalista. Por ser conservador, nos primeiros momentos contou com a participação dos empresários do setor produtivo. Nos últimos anos, entretanto, estes empresários já perceberam a incompatibilidade da ortodoxia convencional com o desenvolvimento econômico, e, como seus interesses estão diretamente relacionados com esse desenvolvimento, estão em busca de alternativa. Hoje, no plano interno, essa coalizão política é constituída essencialmente por rentistas, que se beneficiam dos altos juros pagos pelo Estado, dos agentes do setor financeiro que recebem comissão dos rentistas, quando não são eles próprios rentistas, e dos proprietários de empresas de serviços públicos operando em situação de monopólio ou quase-monopólio. Estas categorias, especialmente a dos rentistas, não são claramente distintas. Há grandes e pequenos rentistas, e entre eles há os que são também empresários, ou que são também assalariados. Entretanto, em termos de ação política, ou a pessoa se comporta principalmente como rentista, ou principalmente como empresário ativo ou membro da classe média profissional. Por outro lado, por ser globalista, ou seja, por estar baseado na crença de que os países do Norte estão interessados no desenvolvimento dos países do Sul — diretamente e através de suas instituições de controle, como o FMI e o Banco Mundial —, essa coalizão conta com a participação distante, mas efetiva, dos governos e das elites desses países, e com a participação mais direta das empresas multinacionais aqui situadas. Enquanto os rentistas, o setor financeiro e o grande capital investido nos serviços públicos interessam-se principalmente pela taxa de juros alta e por preços monopolistas altos, os países ricos e as empresas multinacionais se interessam pelo câmbio baixo, que reduz a capacidade competitiva do país e aumenta o valor em divisa forte das remessas de lucros, dividendos e *royalties*. A associação em condições de inferioridade de nacionais com estrangeiros não tem nada de surpreendente, já que a cooptação de elites locais sempre foi uma estraté-

gia dos impérios. Está baseada na força da ideologia dominante e em interesses econômicos comuns. Como lembra Paulo Nogueira Batista Jr. (2006: 6), “as nações hegemônicas operam de forma a beneficiar aqueles que se dispõem a cooperar com os seus projetos de poder”.

A perspectiva liberal e globalista pode, ainda, expressar-se na crença de que os mercados financeiros no Brasil e no exterior sabem mais. De fato, os mercados são instituições que têm como papel o controle e a coordenação dos sistemas econômicos, mas não são instituições neutras: elas refletem os interesses dos participantes. Muitos economistas, marcados pelo liberalismo econômico que está na origem da ciência econômica, em vez de afirmarem que os países ricos sabem mais, preferem dizer que os mercados têm esse dom. Mercados são excelentes mecanismos de coordenação, que alocam recursos relativamente bem, mas, na medida em que são instituições constituídas de pessoas e empresas, são interessados: como não têm como critério a melhor distribuição de renda, não têm também como critério o interesse nacional. Por outro lado, na globalização os mercados financeiros ficaram internacionais, dada a enorme mobilidade de capitais que as novas tecnologias permitiram. Dessa forma, a idéia de mercado interno, que é central para uma visão nacional, lhe é estranha.³ Assim, como diz Luís Nassif (2006), “suponhamos que o mercado tenha essa sabedoria e tenha interesse em defender os interesses nacionais; se ocorrer uma crise internacional ele sairá do país da mesma maneira, nem que todas as suas recomendações tenham sido seguidas ao pé da letra”.

No momento em que o Pacto Liberal-Dependente tornou-se a coalizão política dominante no Brasil, a revolução nacional, ou seja, a formação do Estado-nação brasileiro com a transferência dos centros de decisão para dentro do país, foi interrompida e o país voltou à condição semicolonial que já havia caracterizado o período entre 1822 e 1930. Na condição semicolonial, a Nação se enfraquece por carência de um acordo entre as classes, por faltar a ela a característica que Otto Bauer ([1924] 2000) definiu como fundamental, “a consciência de um destino comum”. Nessas condições não contará

³ O fato de o mercado nacional representar um motivo fundamental para que os empresários produtivos sejam nacionalistas não significa que devamos voltar ao modelo de substituição de importações. Significa apenas que o mercado interno é um ativo nacional que pode e deve ser negociado: é o que se faz no comércio internacional, os países abrindo seus mercados aos outros, recíproca e multilateralmente. Não é, entretanto, o que se faz com os investimentos diretos, em que a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento não conta com reciprocidade nos países ricos.

com uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional e o crescimento estará prejudicado, se não inviabilizado. Em lugar de uma estratégia nacional, o país se submeterá a uma ortodoxia convencional que muda através do tempo. Durante um século e meio estava baseada na lei das vantagens comparativas. Foi assim que a Inglaterra tentou “chutar a escada” dos Estados Unidos e da Alemanha, sem êxito, e do Brasil, com êxito até 1930.

Desde os anos 1970, a política de crescimento com poupança externa com apreciação da taxa de câmbio é a forma moderna de os países já desenvolvidos buscarem neutralizar a competição dos países que vêm atrás. Chang (2002 [2004]) mostrou que aqueles países agiam desse modo desde o século XIX, principalmente com base na lei das vantagens comparativas; agora, conforme argumento neste livro, o fazem com a política de crescimento com poupança externa. Embora essa ortodoxia convencional seja formulada em países ricos que continuam fortemente nacionalistas, ela rejeita qualquer nacionalismo nos países em desenvolvimento e o identificam como populismo.

O instrumento ideológico do Pacto Liberal-Dependente, no que diz respeito aos problemas econômicos, é a ortodoxia convencional. Embora essa ortodoxia acuse de incorrer na “teoria da conspiração” quem faz a análise dos interesses que estão por trás da política econômica que recomenda, ela própria tem sua explicação dos interesses de classe que prejudicam a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. Segundo sua visão, o desenvolvimento econômico não ocorre ou a redução da taxa de juros não acontece porque os políticos populistas não querem desagradar aos eleitores e a burocracia do Estado quer preservar seus privilégios. Dessa maneira, o pensamento dominante presente no Pacto Liberal-Dependente afirma que há uma coalizão de políticos e burocratas que capturam o Estado e impedem o desenvolvimento econômico do Brasil. O Estado é reduzido a seus servidores ou a seu aparelho, e é demonizado: o Estado e seus burocratas seriam a causa dos males brasileiros. Ainda que existam de fato políticos populistas e ainda que haja alguma captura do patrimônio público pela burocracia, esta análise é enviesada. Captura do Estado em países em desenvolvimento não é privilégio dos políticos ou da burocracia. Os políticos são sempre poderosos, mas são poucos, e sempre representam interesses de outros grupos. A burocracia de Estado é um grupo estratégico dentro da classe média profissional ou tecnoburocrática, mas não tem poder significativo no Brasil desde o colapso do regime militar. No Pacto Popular-Democrático ela não teve força porque estava sendo sempre acusada pelos novos governantes de haver participado

do regime militar. Colocada fora do poder, ela limitou-se a se defender corporativamente, como o fez, por exemplo, com a Lei do Regime Único, na qual foi capaz de amealhar uma série de privilégios.⁴ No Pacto Liberal-Dependente ela é vista como o adversário.

No presente, a se acreditar na economia política do Pacto Liberal-Dependente, poder-se-ia crer que a burocracia do Estado e mais amplamente a classe média profissional têm grande poder. Não é verdade. Os dois partidos dominantes nesse período, o PSDB e o PT, são dois partidos fundamentalmente apoiados na classe média profissional ou burocrática, mas são um misto de burocracia pública e privada. Contam com militantes na burocracia do Estado, mas sua base de apoio é a grande classe média de administradores, professores, intelectuais, líderes sindicais e líderes associativos de todos os tipos. No quadro ideológico da ortodoxia convencional, a burocracia do Estado é o grande inimigo. Uma espécie de anjo do mal ou, então, uma erva daninha que impede o desenvolvimento brasileiro... Não poderia ser de outra maneira, dado seu caráter neoliberal e o fato de que a origem das suas idéias está nos países ricos e na hegemonia global que deles parte. Para que exerçam sua dominação, para que consigam neutralizar a capacidade competitiva do país em desenvolvimento, nada mais estratégico do que dividir para reinar, nada mais importante do que minar o acordo básico que forma uma Nação: o acordo entre os empresários ativos e a burocracia do Estado.

Nos próprios países ricos existe também o discurso visando diminuir o tamanho do Estado e fazendo a crítica da burocracia, mas o fato objetivo é que o tamanho do Estado, medido pela carga tributária, não diminuiu desde 1980; diminuiu o ritmo de crescimento mas continuou crescendo, e que o acordo nacional entre as grandes empresas e as burocracias de Estado continua valendo. Já nos “laboratórios”, que são, para os ideólogos do Norte e para organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as economias em desenvolvimento, uma possibilidade sempre tentadora é a de transformar a retórica neoliberal em prática concreta, e, além de fazer a crítica da intervenção do Estado, minar o acordo das elites empresariais locais com as burocracias de Estado. Ora, é esse acordo que permite que o Estado se torne um instrumento do desenvolvimento econômico; é ele que permite que não apenas a política industrial, mas toda a política macroe-

⁴ Esta lei foi reformada, com a eliminação desses privilégios, no período em que fui ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998).

conômica do país seja pensada em termos de apoio à empresa nacional. Quando a esse acordo se juntam os trabalhadores, como é próprio das democracias, o Estado, além de instrumento do crescimento econômico, torna-se também instrumento da diminuição das desigualdades e do aumento da coesão social.

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado e sua burocracia. Enquanto o novo desenvolvimentismo quer um Estado e um mercado fortes, e não vê contradição entre ambos, a ortodoxia convencional quer fortalecer o mercado através do enfraquecimento do Estado, como se houvesse um jogo de soma zero entre as duas instituições. Francis Fukuyama (2004), insuspeito nessa matéria, reconheceu recentemente este equívoco da política norte-americana. A ortodoxia convencional é, portanto, a partir da segunda metade do século XX, a versão do *laissez-faire* que foi dominante no século anterior. O tamanho do Estado cresceu em termos de carga tributária e em termos de grau de regulação exercido sobre o mercado, como decorrência do aumento da dimensão e da complexidade das sociedades modernas. Um Estado forte e relativamente grande é condição para um mercado forte e competitivo. A ortodoxia convencional é a reação prática contra esse crescimento do aparelho do Estado. É certo que o Estado também cresceu por mero burocratismo, para criar cargos e empregar a burocracia, mas a ortodoxia convencional não está interessada em distinguir o crescimento legítimo do crescimento ilegítimo do Estado. É a ideologia do Estado mínimo, do Estado polícia, do Estado que se preocupa apenas pela segurança interna e externa, deixando a coordenação econômica, os investimentos na infra-estrutura e mesmo os serviços sociais de saúde e educação por conta do mercado. É a ideologia individualista que supõe que todos são igualmente capazes de defender seus interesses. É, assim, uma ideologia de direita, dos mais poderosos, dos mais ricos, dos mais educados — da alta burguesia e da alta tecnoburocracia. O fato de ela estar correta em criticar a ineficiência do Estado não a torna aceitável, já que essa ineficiência é óbvia. Seu objetivo é baixar os impostos e os salários reais diretos e indiretos através da desproteção ou precarização do trabalho e, assim, tornar as empresas mais competitivas em um mercado internacional de países em desenvolvimento com mão-de-obra barata.

A política econômica que vem sendo posta em prática no Brasil desde 1990 é a política do Pacto Liberal-Dependente. O Estado brasileiro não está, naturalmente, completamente capturado por seus membros. Estes recebem os maiores benefícios, que não são apenas os benefícios clássicos e legítimos

que um Estado capitalista garante aos empresários: a ordem pública, a garantia da propriedade e dos contratos. São hoje, principalmente, os juros pagos aos rentistas. São também os lucros e *royalties* pagos às empresas multinacionais, que se beneficiam do mercado interno brasileiro sem reciprocidade. Os setores excluídos do pacto, porém, têm poder suficiente para receber sua parte. Os grandes empresários industriais e dos serviços recebem empréstimos a juros subsidiados do BNDES; os agricultores contam com financiamentos a juros subsidiados do Banco do Brasil; as grandes empresas de serviços públicos, com lucros monopolistas; a classe média conta com uma universidade estatal gratuita; a burocracia do Estado, com um sistema de aposentadoria privilegiado; e os pobres têm para si formas de renda mínima que no Brasil ganharam o nome de “bolsas”: Bolsa Escola, Bolsa Família. Mas o fato é que o aparelho do Estado brasileiro funciona como uma enorme agência de transferência de renda. Os pobres, que são os principais pagadores de impostos da enorme carga tributária brasileira, recebem de volta uma parcela pequena do que contribuem na forma daquelas “bolsas” que, a meu ver, são as únicas legítimas. Se dividirmos a despesa pública em despesas legítimas e capturas, as capturas citadas na forma de juros acima do razoável e de subsídios os mais diversos devem representar quase um terço da despesa pública, como vimos no capítulo 6.

A coalizão política dominante é naturalmente a principal beneficiária. E, para ela, as instituições estratégicas que devem ser capturadas são a universidade e o banco central. A captura da universidade escapa ao objeto deste livro, mas ela é essencial, já que vivemos no capitalismo do conhecimento ou dos técnicos, em que dominação não é mais pela força, mas pela hegemonia ideológica. A estratégia fundamental de dominação foi levar os jovens brasileiros mais brilhantes a fazerem PhD em universidades estrangeiras. O envio de técnicos e cientistas das ciências naturais para fazerem doutorado no exterior é recomendável; já o envio dos nossos mais brilhantes jovens para ficar quatro a cinco anos estudando economia no exterior, no nível de pós-graduação, tem sido a forma por excelência pela qual o ensino e a pesquisa nesta área se alienaram.

Esta prática facilitou também a captura do Banco Central pelo mercado financeiro. Conforme discuti nos capítulos anteriores, a alta taxa de juros de curto prazo existente no Brasil só é explicável por esta captura. Há outras causas, especialmente o desequilíbrio fiscal, mas ficou claro que apenas esse desequilíbrio, que se deve em grande parte à própria taxa de juros, não é suficiente para explicar o nível dessa taxa. A análise do comportamento das autoridades monetárias mostra de forma evidente que a taxa de juros não

é vista como um problema para o Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, submetidos aos conceitos da ortodoxia convencional. O objetivo de tê-la a mais baixa possível, como a lei do Federal Reserve Bank estabelece, é algo absolutamente distante do Banco Central. Não se fala jamais na necessidade de todo o governo e particularmente do Banco Central definir uma estratégia para reduzir a taxa real de juros de curto prazo para níveis aceitáveis.

Enquanto o Pacto Liberal-Dependente privilegiava os ricos através da taxa de juros, o poder político dos mais pobres se expressava nas eleições e levava ao necessário aumento de sua renda através do aumento da despesa social e do salário mínimo. Em consequência tínhamos, de um lado, a concentração de renda nos muito ricos e, de outro, a redução da pobreza. Como, entretanto, a renda per capita crescia muito pouco, não é surpreendente que a classe média tenha sido a classe estrangulada no processo. Não é surpreendente, também, que essa classe, que geralmente tem um poder político grande por ser “formadora de opinião”, tenha ficado de lado nas eleições de 2006, votando no candidato derrotado, enquanto os muito ricos e os pobres votavam pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Jamais eleições presidenciais foram tão polarizadas no Brasil em termos de renda e de educação como as de 2006, e, no entanto, nessas eleições não houve qualquer debate ideológico mais coerente. Venceu o candidato que conseguiu se identificar com os pobres, não o que tivesse alguma mensagem clara a oferecer à Nação, porque nenhum dos dois tinha essa mensagem. O fato de a classe média, estrangulada no plano econômico, ter ficado sem voz no plano político, entretanto, não pode ser considerado de forma ligeira. Em todo esse processo eleitoral o que vimos foi uma profunda crise do sistema político. Enquanto o Pacto Liberal-Dependente revelava seu esgotamento, a sociedade se revelava confusa e desorientada sobre que caminho alternativo seguir.

ACORDO NACIONAL

Dada a dominância do Pacto Liberal-Dependente e sua incapacidade intrínseca de lograr o desenvolvimento do Brasil, a pergunta que surge naturalmente é se existe, potencialmente, uma coalizão alternativa que tenha caráter nacional. Ainda que não possa fazer previsão segura a respeito, creio que já existem na sociedade brasileira indícios suficientes de que um pacto nacional voltado para o desenvolvimento está para surgir. Ou, em outras palavras, a Nação brasileira, depois de sua rendição ao pensamento hegemônico no final dos anos 1980, está dando sinais de que pode ser recons-

truída: que existe no ar a possibilidade de um grande acordo nacional que volte a lhe dar coesão e sentido.

Estes indícios estão relacionados, mais diretamente, ao fracasso do Pacto Liberal-Dependente nos últimos dezesseis anos, e mais amplamente, ao esgotamento do Ciclo Democracia e Justiça iniciado em 1964. Este ciclo se esgotou não porque os objetivos de liberdade e justiça social tenham sido alcançados, mas porque o pressuposto em que estava baseado, de que o desenvolvimento econômico estava garantido, não se realizou, ou, em outras palavras, porque esse ciclo esqueceu a idéia de Nação. Dessa forma, está ficando cada vez mais claro que a sociedade brasileira só poderá avançar em relação à democracia e à diminuição da desigualdade se retomar o desenvolvimento econômico, e, portanto, se recuperar sua condição de Nação.

Para que uma Nação exista e se afirme não basta que tenha um Estado e um território, é preciso que conte também com a coesão que só um acordo nacional garante. Acordo nacional é o contrato social básico que dá origem à Nação e que a mantém forte e coesa; é o grande acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que essa sociedade se transforme em uma verdadeira Nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na era do capitalismo global em que vivemos hoje, a economia mundial está organizada de acordo com duas unidades básicas competitivas: as empresas e os Estados-nação. A teoria econômica convencional tende a ignorar a competição entre as nações, enfatizando a competição entre as empresas, mas as duas ocorrem simultaneamente e com relativa independência. A globalização é a competição generalizada, em nível mundial, entre as empresas e entre os Estados-nação ou países. Enquanto o objetivo econômico das empresas é realizar lucros e crescer, o dos Estados-nação é desenvolver-se economicamente. Enquanto a empresa se prepara para a competição inovando, ou seja, acumulando capital e incorporando progresso técnico na produção, o Estado-nação se desenvolve educando sua população, estabelecendo a infra-estrutura necessária para que ela possa investir e crescer, criando oportunidades de investimento lucrativo, mantendo a estabilidade macroeconômica e definindo instituições que garantam a propriedade e os contratos.

No quadro da democracia, além do Estado, também a Nação passa por um processo de democratização, na medida em que os trabalhadores e as novas classes médias profissionais que estão surgindo desde o século passado tornaram-se mais educadas e dotadas de maior poder político. Em consequência, passaram a partilhar com a classe capitalista o poder do Estado. Este deixa de ser a expressão de uma classe para ser o instrumento de ação

coletiva de toda a sociedade. Ou, mais precisamente, passa a ser o instrumento da sociedade politicamente organizada, que é tanto a sociedade civil como a Nação.

Os conceitos de sociedade civil e de Nação são semelhantes, mas o segundo é mais amplo, engloba mais pessoas e tem um sentido econômico mais claro. Em uma sociedade moderna, temos, fora do Estado, três maneiras pelas quais essa sociedade se organiza politicamente: o “povo”, que é o conjunto de cidadãos com direitos iguais e igual poder (para cada cidadão, um voto); a “sociedade civil”, na qual o poder desses cidadãos é proporcional ao comando de que cada um dispõe em função de sua capacidade de organização, de seu dinheiro e de seu conhecimento; e a “nação”, que é essa mesma sociedade civil, mas pretende abranger todos os cidadãos e tem uma conotação de classe e uma conotação internacional — não exclui os conflitos internos, mas implica um acordo nacional, um acordo entre as classes, quando se trata de competir internacionalmente e lograr o desenvolvimento econômico.

No processo histórico de formação dos Estados nacionais, o acordo nacional é, portanto, condição de existência da própria Nação. Enquanto o Estado era autoritário, como nas monarquias absolutas, ou relativamente autoritário, como no quadro dos regimes liberais, já havia um acordo nacional, na medida em que a burguesia lograva a solidariedade do resto da sociedade quando se tratava de se defender do inimigo externo ou de competir com o adversário externo. Agora, quando o Estado passa a ser democrático e deixa de representar tão unilateralmente uma classe, o acordo nacional ganha consistência, as duas ideologias fundamentais que presidiram sua formação — o liberalismo e o nacionalismo — tornam-se dominantes. Liberalismo e nacionalismo sempre viveram às turras e foram contestados pelos socialistas desde o século XIX, mas, na medida em que o capitalismo se revelou mais apto a promover o desenvolvimento econômico e foi capaz de incorporar um número crescente de valores e instituições socialistas, essas duas ideologias, ainda que parcialmente contraditórias, mantiveram-se dominantes. Nos países desenvolvidos, o nacionalismo tornou-se de tal forma dominante, compartilhado por todos os cidadãos e todas as classes, que deixou de ser um fator distintivo. Nesses países, ninguém tem dúvida de que o papel do governo é defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. Por isso, porque o nacionalismo é forte e tácito, a expressão “nacionalismo” pôde passar a ser utilizada para caracterizar sejam os excessos do nacionalismo, do tipo que ocorreu na Alemanha nazista, sejam as manifestações de amplos setores dos países periféricos que buscam sua autonomia nacional real e não apenas formal, que buscam libertar-se dos grilhões representados pela ortodoxia convencional.

O nacionalismo desenvolvimentista dos países periféricos é naturalmente malvisto pelos países ricos em função da ameaça competitiva que esses países representam graças à sua mão-de-obra barata e à facilidade em importar ou copiar tecnologia. Isto ficou patente já nos anos 1970, quando surgiram os NICs (*newly industrializing countries*). Temos, assim, dois grandes grupos de países: os países ricos, cujos cidadãos, unidos no seu próprio nacionalismo tácito, não precisam mais do adjetivo “nacionalista” para se distinguir de seus compatriotas, e os países em desenvolvimento. Entre estes últimos temos os países que sacudiram a dependência, estabeleceram um acordo nacional e possuem uma estratégia nacional de desenvolvimento, como o Brasil entre 1930 e 1980, como são hoje os países dinâmicos da Ásia, e como parece que a Argentina está começando a ser depois de ter aprendido com a grande crise de 2001. E temos os países dependentes, sem acordo ou estratégia nacional de desenvolvimento e competição, sem uma verdadeira Nação, como voltaram a ser o Brasil e o México desde aproximadamente 1990.

No caso dos países ricos, o acordo nacional é forte e a Nação é forte. Para seus cidadãos não faz sentido que as políticas econômicas adotadas por seus governantes e inscritas nas instituições de seu Estado sejam orientadas por outros países mais poderosos. Quando são pequenos, podem aceitar a proteção militar de um país mais forte e fazer aliança política com ele, mas jamais incluem na sua aliança a subordinação econômica. Pelo contrário, nesse plano mantêm uma atitude independente e competitiva. O caso do Japão em relação aos Estados Unidos é exemplar nessa matéria. Já nos países em desenvolvimento, o acordo nacional é, por natureza, mais fraco, porque a Nação é dividida entre nacionalistas e cosmopolitas e, portanto, frágil, dependente. Se o país não for simplesmente pobre, mas for um país de desenvolvimento médio, como o Brasil, esse país será um competidor e, portanto, os países ricos agirão naturalmente para neutralizar essa capacidade competitiva.

Uma Nação será tanto mais forte quanto mais coesão alcançar. A coesão ou, nos termos de Durkheim, a solidariedade orgânica de seus membros, é a qualidade positiva fundamental de qualquer sistema social. Um sistema social — e a Nação não é outra coisa senão um tipo especial de sistema social — será forte se for coeso, se seus membros, não obstante os conflitos que inevitavelmente terão entre si, estiverem unidos quando se tratar de competir com outras nações. O que dá coesão a uma Nação é o seu nacionalismo ou seu patriotismo, é a sua capacidade de transformar a idéia geral de um destino comum em uma estratégia nacional de desenvolvimento. É verdade que há muitos tipos de nacionalismo e que, muitas vezes, o nacionalismo tenha sido violento, se não terrível. Mas assim como há nacionalismos violentos

tos, autoritários, racistas — como pode se transformar em xenofobismo —, o nacionalismo também pode ser democrático, liberal, social e republicano.

O nacionalismo dos povos ricos e democráticos de hoje geralmente tem essas quatro características. Seus cidadãos são nacionalistas porque estão identificados politicamente com sua Nação, mas isso não os impede de defender a igualdade essencial de direitos de todos os cidadãos, o respeito ao império da lei ou ao Estado de direito, a liberdade, a justiça social e a necessidade de que virtudes cívicas de cidadãos e governantes temperem os conflitos inerentes a economias coordenadas não apenas pela lei, mas também pelos mercados. Cada um dará peso diferente a esses valores — o que permitirá classificá-los como de direita ou de esquerda, como conservadores ou progressistas —, mas todos os combinarão de alguma maneira, e todos reagirão, indignados, ao racismo, ao privilégio e ao autoritarismo.

Dentro do quadro da globalização, no início do século XXI, qual a natureza do acordo nacional a ser celebrado para que o país volte a se desenvolver? Não cabe aqui fazer uma lista de prioridades nacionais. Ao invés disso, apresentarei apenas os pressupostos de um acordo dessa natureza — pressupostos que devem ser aceitos pelos cidadãos membros dessa Nação para que ela possa existir e ser forte e coesa. O primeiro pressuposto de um acordo nacional é o da aceitação, por parte dos seus membros, da necessidade desse acordo para que a Nação tenha coesão e identidade. O segundo é o de que a era da globalização está marcada pela competição generalizada entre os Estados-nação. O terceiro pressuposto é o de que nessa competição só terão êxito os Estados-nação que, além de lograrem uma razoável coesão social, tiverem claro para si mesmos que deverão tomar suas decisões de política econômica de acordo com seu próprio julgamento e não de acordo com os conselhos e pressões que vêm dos países ricos. O quarto é o de que não resta alternativa aos países de renda média como o Brasil senão absorver a ciência e a tecnologia externas e competir internacionalmente: a alternativa de se fechar sobre si mesmo implica aceitar de antemão a derrota. O quinto é o de que, em seu processo de desenvolvimento, os países de renda média não deverão contar com a “ajuda” ou com os recursos dos países ricos, mas com seus próprios recursos: sua própria capacidade de poupar e acumular capital.

COALIZÃO ALTERNATIVA

O sinal mais claro de que existe hoje uma oportunidade para que um novo acordo nacional se estabeleça, ou, em outras palavras, que uma coali-

ção política alternativa ao Pacto Liberal-Dependente se forme, é a mudança de posição dos empresários industriais. Estes se constituíram no grupo dominante no Brasil durante todo o período nacional-desenvolvimentista, tiveram um papel decisivo na transição democrática que se iniciou em 1977, no momento em que começam a romper o acordo que haviam celebrado com os militares, e são novamente o grupo dominante no Pacto Popular-Democrático de 1977.

Entretanto, com o fracasso do Plano Cruzado, os empresários industriais se desorientaram e se desorganizaram. Percebem que o modelo de substituição de importações estava esgotado, e que a alternativa da ortodoxia convencional não era aceitável, mas não sabem para onde orientar sua ação política. Durante algum tempo, ficaram perplexos; organizações como a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria de repente se viam sem discurso. A onda neoliberal soprava então com toda força e os empresários industriais sentiam-se sem argumentos diante dos fatos novos. A abertura comercial que se impunha para tornar a indústria mais competitiva era percebida por eles como uma ameaça, quando, na verdade, só o seria se fosse realizada depressa demais, como acabou sendo; já a abertura financeira que representava uma ameaça maior não era então percebida como tal pela indústria. É nesse momento que os trinta maiores empresários industriais nacionais fundam o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) para defender a indústria brasileira. Entretanto, mal assessorados inicialmente, sem contar com o apoio de macroeconomistas e cientistas políticos competentes, não percebem que a ameaça fundamental estava no plano macroeconômico e, em especial, na taxa de câmbio.⁵ Em vez disso, insistem na definição pelo governo de uma “política industrial não-seletiva”, que era uma contradição. Estavam evidentemente perplexos e confusos diante da crise e da mudança de pacto político. Depois de quase sessenta anos de exercício de uma razoável hegemonia política (1930-1987), os empresários industriais percebiam que estavam perdendo poder, mas, diante da força da onda ideológica neoliberal, não tinham realmente um discurso alternativo a apresen-

⁵ Lembro-me, nos três primeiros anos dos anos 1990, quando participava das reuniões do Conselho Superior de Economia da Fiesp, de alertar os demais membros sobre o problema. Dizia então: “Vocês estão resistindo à abertura comercial, que é inevitável; precisa apenas ser melhor administrada; não estão entretanto percebendo que o principal risco está na taxa de câmbio, que provavelmente se apreciará com o fim da alta inflação, que mais cedo ou mais tarde acontecerá”. Em 2001, quando fui convidado para jantar com os dirigentes do IEDI, a primeira coisa que fez Paulo Cunha, seu líder, foi me lembrar essa frase.

tar. Em consequência, muitos se deixaram levar pela ortodoxia convencional e por toda a modernidade que ela prometia.

Nos últimos anos, entretanto, depois que foi ficando claro o fracasso da política econômica proposta pela ortodoxia convencional e o escanteio em que haviam sido colocados, esses empresários, liderados pela Fiesp, o IEDI e a Confederação Nacional da Indústria, mudaram.⁶ Sua assessoria macroeconômica melhorou, suas críticas deixaram de se limitar aos exageros da abertura comercial e à falta de uma política industrial para se dirigirem contra os juros altos e o câmbio apreciado. Continuam, porém, perplexos, provavelmente porque o peso do pensamento hegemônico é muito forte sobre eles. Percebem o problema mas hesitam quanto à solução. O ex-presidente da Fiesp, Horacio Piva (2006), declarou recentemente: “Estamos todos atônitos, como o resto da sociedade, mas ninguém consegue apresentar um cardápio de opções capaz de fazer com que nós nos livremos dessa situação”. Por outro lado, insistem em apontar o Estado e sua burocracia como seus adversários, sem perceber que esta é uma estratégia que divide a Nação. Paulo Cunha (2006: 23), que é provavelmente o líder intelectual mais importante dos empresários industriais brasileiros, indigna-se com a quase-estagnação da economia brasileira, critica a política macroeconômica, mas afinal concentra sua crítica no problema do tamanho do Estado, e afirma que “o Brasil se encontra encurralado por seu Estado”. A alternativa à atual política econômica obviamente existe, mas para reconhecê-la é preciso ser também capaz de criticar o Pacto Liberal-Dependente — o que os empresários ainda hesitam em fazer. O restabelecimento da aliança dos empresários com a burocracia do Estado é essencial para a retomada do desenvolvimento, mas isto não está claro para eles. Embora saibam da importância do controle do câmbio, não chegam a criticar a política de crescimento com poupança externa; não obstante indignados com a taxa de juros, continuam a atribuir o desequilíbrio fiscal e a carga tributária excessiva exclusivamente ao populismo dos políticos e à ineficiência e ao privilégio da burocracia do Estado. Começam, porém, a se dar conta de que o que se montou no Brasil foi um processo de captura do patrimônio do Estado, de violência contra os direitos republicanos dos cidadãos, que beneficia menos a burocracia do Estado e mais

⁶ A eleição, em 2004, de Paulo Skaf para a presidência da Fiesp foi um marco dessa mudança. Os empresários industriais passaram, a partir de então, a adotar uma posição mais clara a favor da mudança da política macroeconômica, aproveitando as críticas que desde 2002 se avolumavam e ganhavam consistência entre os economistas.

os rentistas, o setor financeiro e as empresas multinacionais; que, como os trabalhadores e a burocracia do Estado, também eles, empresários industriais, e, mais amplamente, todo o empresariado dos setores produtivos, estão excluídos do pacto atual. Uma das dificuldades que os empresários enfrentam para compreender esse problema está no fato de que uma parte deles se transformou em rentista, seja porque venderam suas empresas a multinacionais, seja porque as conservaram em estado de dormência, enquanto equilibravam suas contas com os rendimentos financeiros. Esse grupo, porém, embora possa ter influência política, constitui minoria. A grande maioria dos empresários industriais está hoje indignada com a forma pela qual a economia brasileira vem sendo administrada e com os resultados insatisfatórios que vem alcançando em termos de crescimento econômico.

O fato de que os empresários industriais, enquanto classe social, não tenham plena clareza de tudo o que está ocorrendo, de não verem que esse estado de coisas só será superado se suas lideranças forem capazes de participar de um grande acordo nacional, não tem nada de surpreendente. E definitivamente não impede que eles se constituam em uma burguesia nacional. Fernando Henrique Cardoso, em 1963, depois de entrevistar um grande número de empresários industriais, chegou à conclusão de que eles não constituíam uma burguesia nacional, ou seja, uma classe empresarial comprometida com os interesses nacionais.

Como fica claro no último capítulo de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, esperava dos entrevistados uma consciência dos problemas do Brasil que eles não tinham. Nem devia esperar que tivessem. O empresário é um homem ou uma mulher com energia e vontade de realização que assume riscos e inova. Seus objetivos fundamentais são o lucro e o crescimento de sua empresa. Não são especialistas em idéias e análises gerais. Este papel, nas sociedades capitalistas, cabe aos políticos, à alta burocracia e aos intelectuais. Em alguns casos, eles reúnem também os requisitos dessas outras profissões, mas esta é a exceção que as pesquisas, ao buscarem generalizar suas conclusões, não podem encontrar. O livro citado foi publicado em 1964, no momento em que os empresários, sentindo-se ameaçados pelo radicalismo político que a Revolução de Cuba provocara em 1959, aliam-se aos militares e aos norte-americanos no golpe de Estado. Esse fato pareceu, então, uma confirmação da tese do livro — uma tese que depois seria central para a teoria da dependência e o Ciclo Democracia e Justiça. Havia aí, entretanto, um enorme equívoco. Sem dúvida não existe no Brasil uma burguesia nacional ideal, bismarckiana, igual ou muito semelhante à que existiu nos países centrais quando realizaram suas revoluções capitalistas. O

Brasil, como os demais países latino-americanos, sempre teve elites “européias”, dependentes portanto; como realizou sua revolução industrial muito mais tarde do que os países centrais, ficou sob sua hegemonia ideológica.

Entretanto, a partir dos anos 1930, aproveitando a crise por que passava então o sistema central, logrou se constituir em Nação — uma Nação que não resistiu, porém, à grande crise dos anos 1980 e à onda neoliberal. Não resistiu, de um lado, porque a crise foi muito profunda e atingiu a própria soberania nacional expressa na capacidade do país de gerir sua moeda;⁷ de outro, porque nossas elites, não apenas empresariais — também políticas e intelectuais —, são “nacional-dependentes”: em alguns momentos, respondendo a seus interesses reais, aos interesses da grande economia em que estão, são nacionais; em outros, seja por medo do comunismo, como aconteceu em 1964, seja por mera subordinação ideológica ao centro hegemônico, são globalistas, dependentes. Elas estão permanentemente diante do dilema de se associar com seu povo e se transformar em uma Nação, ou se associar com as elites internacionais e se reduzir à condição prática de colônia. Este, porém, que poderia ser um dilema real para um país muito pequeno, para o Brasil é um falso problema. No Brasil, portanto, as elites brasileiras, inclusive seus empresários, vivem uma constante ambigüidade — uma ambigüidade que as elites dos países asiáticos, por exemplo, não têm. Em alguns momentos, identificam-se com um nacionalismo liberal e democrático, em outros, tornam-se dependentes.

Se, entretanto, eu tivesse que comparar as elites industriais com as elites intelectuais brasileiras, concluiria que as primeiras estão mais identificadas com a Nação porque seus interesses estão mais identificados com os interesses nacionais. Na era da globalização, o desenraizamento dos intelectuais de suas bases nacionais é um problema generalizado. O domínio da universidade estrangeira, principalmente da universidade norte-americana, é enorme. Isto decorre, sem dúvida, da maior qualidade dessas universidades — algo indiscutível —, mas decorre também de mera dependência. Um exemplo disto é a pontuação no sistema Qualis da Capes,⁸ o sistema que serve de base para

⁷ Conforme observa Belluzzo e Almeida (2002: 17), “essa crise [...] foi sobretudo uma crise da soberania do Estado, ameaçado em uma de suas prerrogativas fundamentais, a de gerir a moeda. Gerir a moeda significa, antes de mais nada, preservar a unidade de suas três funções — padrão de preços, meio de circulação e reserva de valor — e impedir que quaisquer outros ativos (moeda estrangeira, títulos financeiros públicos ou privados, mercadorias particulares) possam assumir essas funções ou algumas delas”.

⁸ Coordenação do Ensino Superior do Ministério da Educação.

a avaliação das publicações dos pesquisadores brasileiros. De acordo com esse sistema, *papers* publicados em boas revistas estrangeiras recebem uma pontuação duas a três vezes maior do que pela publicação em uma boa revista acadêmica nacional. O argumento oferecido é o de que “é mais difícil publicar em revistas estrangeiras” — o que é verdade. Mas, com essa prática, o que a universidade brasileira está fazendo é submeter os padrões de qualidade de sua produção científica às universidades estrangeiras. Que isto se faça com revistas de física, ou de biologia, ou de matemática, é razoável; mas que se faça com as ciências sociais — com a economia, a ciência política — é um sinal de subordinação ideológica grave.

Os empresários industriais têm também problemas de auto-afirmação e auto-estima nacional, mas nada semelhante ao que acontece na academia. Mesmo entre os intelectuais, porém, começa a haver uma redescoberta da identidade nacional e da Nação. Preocupar-se apenas com a identidade cultural, entretanto, não será suficiente; terão que se preocupar também com a identidade política nacional, que é algo diferente. O Brasil tem, por exemplo, uma identidade cultural mais forte do que a do Canadá, mas a identidade política desse país — a consciência de seu povo de que seu governo existe para defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais — é muito mais forte.

Um outro sinal importante foi a mudança de atitude da imprensa. A mídia, como o Estado, reflete a correlação de forças que existe na sociedade. Quando, a partir da queda do Muro de Berlim, que no Brasil coincidiu com a hiperinflação de fevereiro de 1990 (o mês em que a inflação mensal superou 50%), o neoliberalismo e a hegemonia norte-americana se tornaram absolutos no mundo, a imprensa brasileira refletiu esse fato. A ortodoxia convencional foi entendida como a única alternativa responsável de política econômica. Após 2002, porém, na medida em que mudava a sociedade, começou também a mudar a imprensa. Os jornais passaram a dar mais atenção ao custo brutal dos juros sobre o orçamento público, e aos resultados lamentáveis em termos de crescimento da política econômica; ao mesmo tempo, começaram a reportar com mais frequência os argumentos novo-desenvolvimentistas.

As condições não são, portanto, ideais, mas existem condições para que um novo acordo nacional seja informalmente definido entre os brasileiros, que uma nova coalizão política voltada para o desenvolvimento econômico se forme. Sua base deverá ser necessariamente formada pelos empresários industriais nacionais, porque do desenvolvimento de suas empresas é que continua a depender, fundamentalmente, o desenvolvimento econômico brasi-

leiro. Entre esses empresários, entretanto, é preciso distinguir os da indústria de transformação, que estão em crise, e os das indústrias ligadas ao agronegócio e à mineração, que prosperam beneficiados pela doença holandesa. Os primeiros são membros naturais da nova coalizão; já em relação aos segundos, isto dependerá de sua tomada de posição em relação ao problema da taxa de câmbio. Todos têm interesse em uma taxa de câmbio depreciada, mas a atual taxa apreciada já torna rentável a atividade do agronegócio e da mineração. Por isso, é comum vermos economistas que os representam negar a existência da doença holandesa no Brasil, argumentando que o saldo comercial continua elevado (o que é perfeitamente compatível com essa doença) ou que as exportações industriais continuam elevadas (exportação de bens do agronegócio, da mineração, e das indústrias que estão se tornando “maquinas” são também perfeitamente compatíveis com a doença holandesa). Temem a imposição de impostos de exportação, embora esses impostos não irão prejudicá-los porque virão com a necessária depreciação do câmbio ou então não farão sentido. Em termos políticos, porém, o setor do agronegócio e da mineração é hoje um setor indefinido. Muitas vezes se alia à ortodoxia convencional, em outras se solidariza com o restante da indústria.

Além da insatisfação dos empresários da indústria de transformação, temos também uma insatisfação crescente na classe média profissional e na dos trabalhadores, e uma atenção cada vez maior dos intelectuais com o problema da Nação. As classes médias percebem as próprias dificuldades, a diminuição das oportunidades para seus filhos, a transformação do Brasil em um país de emigração, em que um número cada vez maior de jovens de classe média só encontra emprego no exterior. A classe média profissional, embora muito grande e heterogênea, será sempre um parceiro estratégico; hoje dela participam os quadros administrativos, técnicos e intelectuais que constituem o capital de conhecimento de uma Nação. Os trabalhadores, por sua vez, que são os maiores prejudicados, já que vivem uma condição crônica de alto desemprego e salários quase estagnados, deverão naturalmente participar de um acordo nacional voltado para o desenvolvimento. Certos setores ficarão fora do acordo ou terão seus poderes atuais reduzidos. Penso, particularmente, nos rentistas que vivem de altos juros, nos membros do setor financeiro e das grandes empresas que administram serviços públicos monopolistas. O setor financeiro, porém, continuará a desempenhar um papel decisivo na economia nacional, e, em pouco tempo, seus membros participarão do acordo nacional.

Entre os participantes, o entendimento mais estratégico é o que deve se estabelecer entre os empresários e os burocratas e políticos do Estado. É esse

acordo que hoje falta dramaticamente no Brasil, na medida em que os empresários se deixaram influenciar pelo Norte e aceitaram a tese neoliberal de que a fonte de todos os problemas do país está nessa burocracia. Ora, ainda que esta burocracia, como qualquer grupo social, defenda interesses que nem sempre coincidem com os interesses gerais, o fato objetivo é que ela tem um papel estratégico no aparelho de Estado, da mesma forma que os empresários têm um papel estratégico no processo de acumulação e produção. Por outro lado, sabemos que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência com que uma Nação conta. E sabemos que aos políticos (burocratas eleitos), assessorados pelos burocratas de carreira, cabe liderar esse Estado. Logo, um acordo nacional e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento só serão possíveis se os empresários e os burocratas de Estado souberem superar suas divergências e desconfianças. O grande desenvolvimento que ocorreu no Brasil entre os anos 1930 e os anos 1970 só foi possível porque esse acordo básico existia.

Lograr um acordo nacional significará para seus participantes poder usar o Estado como instrumento de ação coletiva na busca de seus objetivos políticos. Para isso, eles terão que estar dispostos a enfrentar os adversários do acordo. Negam sua necessidade os neoliberais, que declaram desnecessária qualquer estratégia de desenvolvimento, a extrema direita e a extrema esquerda, e as elites globalistas cooptadas pelos países ricos. Nos antigos impérios a dominação se fazia através do uso da força e da colaboração de elites locais; no sistema hegemônico a força foi em grande parte substituída pelo *soft power*, pelo imenso poder ideológico da universidade, do cinema e da música popular norte-americanos, de forma que se soma à cooptação das elites locais a submissão de amplos setores da sociedade brasileira, admirados com a superioridade científica, tecnológica e cultural dos países ricos. Nesse processo, como os países hegemônicos são democracias complexas, é sempre possível contar com a ajuda de muitos de seus cidadãos, que sabem que afinal vivemos em um mundo só, e que a cooperação deve, em muitos momentos, ter precedência sobre a competição.